



CONVITE

N.º do Processo: 77/CP/B/24

1. Objeto do procedimento

O presente convite destina-se a regular o procedimento para “**Fornecimento contínuo de plantas**”

2. Identificação e fundamento da escolha do procedimento

2.1. O procedimento será realizado através de **Consulta Prévia**, nos termos do disposto na alínea c), n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

2.1. O objeto do contrato encontra-se definido no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código CPV –03000000-Produtos da agricultura, da pesca, da silvicultura e afins.

O contrato deverá obedecer às especificações do caderno de encargos.

3. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Ilhavo, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 920 887 com sede na Avenida 25 de Abril, 3830-044 Ilhavo.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

4.1. A decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. Preço base

O preço base do presente procedimento é 37.735,85, a que acresce o IVA, sendo esse o limite máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

6. Prazo e modo de apresentação da proposta

6.1. A proposta deve ser apresentada até às 16H00 do 3.º dia a contar da data de envio do convite.

6.2 A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizado exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma de contratação pública, [acinGov](#).

7. Documentos da proposta

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ilhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

7.1 Proposta de preço, não incluindo IVA, elaborada em conformidade com o anexo I ao presente convite;

7.2 Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo a que se refere a alínea a) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos - anexo II ao presente convite;

7.3 Qualquer outro documento que o concorrente considere indispensável ao esclarecimento dos atributos da proposta;

7.4 Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos.

8. Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9. Critério de adjudicação

9.1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, pela modalidade, monofator, designadamente o preço, para cada item do mapa de quantidades, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74 do CCP.

9.2. Em caso de empate na avaliação das propostas, o critério de desempate será pela realização de sorteio presencial, sendo usado como metodologia o sistema de “bolas”, nos seguintes termos:

- Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para estabelecer a ordenação para efeitos de retirar a bola, pela pontuação mais alta obtida através de um lance de dados;

A numeração das bolas significará a seguinte ordenação;

- ✓ 1ª Posição – bola n.º 1;
- ✓ 2ª Posição – bola n.º 2;
- ✓ 3ª Posição – bola n.º 3;
- ✓ Posições seguintes.

10. Negociação das propostas

As propostas não serão objeto de negociação.

11. Documentos de habilitação

11.1. O Adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação, no prazo de três dias;

11.2. É de 3 dias o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP.

11.3. Declaração emitida conforme modelo constante no anexo II do Código dos Contratos Públicos- anexo III ao presente convite;

11.4. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- ✓ Certidão da segurança social, em que comprove que a situação está regularizada relativa a contribuições para a segurança social em Portugal;
- ✓ Certidão da autoridade tributária, em que comprove que a situação está regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- ✓ Certificado do registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.

11.5. Certidão permanente;

11.6. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;

11.7. Identificação da(s) pessoa(s) que tomará(ão) parte do contrato (nome, residência, número do B.I./ data de emissão e entidade emissora ou cartão de cidadão completo/data de validade, número de contribuinte).

10. Caução

Não é exigida caução, nos termos do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

22-03-2024



JOÃO ANTÓNIO RUPE CAMPOLARGO, Presidente da Câmara
Assinatura Digital Certificada